

LEI Nº 4329 DE 06 DE JUNHO DE 2005
(Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 7693/2005)



INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE AQUICULTURA E PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Aquicultura e Pesca, órgão consultivo e de assessoramento com a finalidade de planejar, fiscalizar a execução e avaliar os planos municipais de desenvolvimento de aquicultura e pesca.

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Aquicultura e Pesca compete:

- I - estudar e propor as diretrizes da política municipal de desenvolvimento de aquicultura e pesca;
- II - coordenar a elaboração e fiscalizar a execução de projetos de interesse municipal, a cargo de diversos órgãos que se relacionem com a aquicultura e pesca;
- III - promover o estudo da legislação relativa à exploração dos recursos aquícolas e pesqueiros;
- IV - elaborar, em colaboração com a Secretaria de Aquicultura e Pesca, os programas de formação e capacitação de técnicos e profissionais em aquicultura e pesca;
- V - promover, diretamente ou por intermédio dos organismos oficiais ou particulares, as pesquisas que visem à racionalização das atividades aquícolas e relacionadas à pesca;
- VI - fiscalizar a execução de convênios firmados com órgãos oficiais e privados, visando a necessária unidade de ação, no que concerne aos problemas aquícolas e pesqueiros;
- VII - auxiliar na prestação de assistência social ao pessoal vinculado à aquicultura e à pesca, por intermédio das entidades oficiais competentes ou privadas, envolvidas no contexto;
- VIII - recomendar a concessão de possíveis prioridades, subvenções e isenções fiscais, indicadas como indispensáveis ao desenvolvimento de assuntos de real interesse para a política de desenvolvimento da aquicultura e da pesca;
- IX - promover campanhas objetivando a mobilização de recursos para melhor utilização e

aproveitamento racional dos produtos de origem aquícola e pesqueira;

X - auxiliar na expansão dos mercados de consumo mediante o estudo da melhoria das condições de distribuição e a realização de campanhas educativas da população;

XI - desempenhar outras funções relacionadas ao desenvolvimento da aquícultura e da pesca;

XII - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Prefeito Municipal;

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aquícultura e Pesca é composto, no mínimo, dos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Aquícultura e Pesca;

II - 01 (um) representante da FAMAI;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda;

IV - 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Itajaí - ACII;

V - 01 (um) representante do IBAMA;

VI - 01 (um) representante da CIDASC;

VII - 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí - SINDIPI;

VIII - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pesca de Itajaí - SITUPI;

IX - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Pesca de Santa Catarina - SITRAPESCA;

X - 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§ 1º As entidades serão representadas no Conselho através de um membro titular e um suplente.

§ 2º Os Conselheiros representantes da administração municipal serão nomeados pelo Prefeito, sendo que os demais Conselheiros representantes das diversas entidades serão indicados pelas mesmas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para nomeação pelo Prefeito e posse pelo Conselho.

§ 3º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois)

anos, admitindo-se a recondução por período igual.

§ 4º Na hipótese de vaga, o suplente completará o tempo de mandato do titular anterior, na forma do Regimento Interno do Conselho.

§ 5º A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º Havendo interesse, fica o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca do Município de Itajaí autorizado a incorporar em seu corpo funcional de membros, representantes de novas associações, sindicatos, entidades e órgãos ligados a aqüicultura e pesca que, por ventura, vierem a surgir na vigência desta Lei.

§ 7º A incorporação a que se refere o parágrafo 6º da presente lei, dar-se-á sempre que uma nova entidades ligada a este segmento solicitar a inclusão de seu representante junto ao Conselho, ou quando a incorporação de representante de uma nova entidade for indicada e solicitada por parte de qualquer membro do referido Conselho.

§ 8º As solicitações de inclusão de novos representantes no rol de membros serão endereçadas ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca do Município de Itajaí, e decididas em única votação por maioria relativa dos membros já existentes no Conselho.

§ 9º Cada nova entidade terá direito de solicitar a incorporação de 1 (um) representante no rol de membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca do Município de Itajaí que, no caso de aprovação em plenário, será nomeado pelo Prefeito em Exercício e empossado pelo Conselho.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca, será dirigido por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pelo plenário.

§ 1º O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir e orientar os trabalhos internos, presidir às reuniões do plenário e exercer sua representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2º Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, vinculada à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, utilizando-se, dentro das disponibilidades, de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º Para estudo dos assuntos de competência do Conselho de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca serão constituídas as seguintes Câmaras:

I - Câmara de Desenvolvimento de Aqüicultura;

II - Câmara de Desenvolvimento da Pesca.

Parágrafo Único. Além das Câmaras mencionadas no art. 5º, poderão ser constituídas Câmaras Especiais, de caráter temporário e específico, na forma do Regimento Interno.

Art. 6º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados de sua constituição, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a primeira mesa diretora.

Art. 7º O Plano de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, será elaborado e aprovado em sessão plenária, depois de amplamente discutido em sessões especialmente convocadas para tal, devendo levar em conta os princípios estabelecidos na **Lei Orgânica** do Município de Itajaí.

Parágrafo Único. Após aprovação prevista no caput, o Plano de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para homologação.

Art. 8º O Poder Executivo adotará as medidas complementares indispensáveis ao cumprimento da presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 06 de junho de 2005

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí